

Os índios e a Nova Constituição — III

O Cimi e seus 'irmãos do estanho'

Criado para "incentivar e assessorar o atendimento às populações indígenas, em suas necessidades", o Conselho Indigenista Missionário — Cimi tem uma estranha forma de atender a esse preceito. Não há como justificar a defesa que faz da mineração de cassiterita da Malásia, um dos países que fazem parte daquilo que, nos círculos do Cimi, é conhecido co-

mo os Tin Brothers (os "irmãos do estanho"). Um de seus objetivos é impedir que a exportação do estanho brasileiro ponha em dificuldades a Malásia e todos os outros países produtores do Sudeste Asiático e da Oceania, integrantes do **International Tin Council** (Tailândia, Indonésia e Austrália, além dos africanos Nigéria e Zaire) ou até as outras nações reuni-

das na **Association of Tin Producing Countries**. Como consta do resumo que o irmão Brand fez do encontro entre CNBB, Cimi e a Biblioteca do Desenvolvimento Econômico, sua política é "manter as reservas minerais intactas", sob o argumento de que "o aniquilamento de tais reservas significaria grave dano às sociedades indí-

genas do Brasil". Na reunião citada, uma outra personagem, conhecida como dr. Eduardo, fez o seguinte comentário: "A pretensa sensibilidade do Exército, de disciplina tão apreendida, nada disso existe quando o assunto é fronteira, é Calha Norte, que estar (sic) despertando no militar uma ganância muito grande — todos querem ficar ricos".

O Conselho das Igrejas quer tirar País do mercado externo

Como consta do resumo que o irmão Brand fez do encontro entre a CNBB, o Cimi e a Biblioteca do Desenvolvimento Econômico, entre os assuntos internos do Cimi está a defesa da mineração de cassiterita na Malásia — um dos países que, seguramente, fazem parte daquilo que nos círculos do Cimi se chama os "Tin Brothers" — "os irmãos do estanho". É por tudo isso que o Conselho Indigenista Missionário é uma estranha organização. Vale a pena repetir algumas de suas finalidades expostas nos estatutos aprovados pela CNBB em 1977:

— Incentivar e assessorar o atendimento às populações indígenas, em suas necessidades espirituais ou materiais, especialmente no campo pastoral, sempre a partir das próprias culturas indígenas e à luz da revelação;

— em espírito de ecumenismo, buscar o entrosamento com as missões indígenas de outras confissões cristãs, ou de outros religiosos;

— servir de órgão de relacionamento e representação das missões católicas perante órgãos governamentais responsáveis pela assistência aos índios e outros organismos públicos ou privados, quando assim for solicitado pelas próprias missões;

— promover a formação ou atualização teológica, antropológica e técnica dos missionários católicos;

— providenciar assessoria técnica e jurídica às missões e populações indígenas, na defesa das terras e do patrimônio dos índios;

— promover, na opinião pública, um maior conhecimento dos problemas das comunidades indígenas;

— planejar e realizar Encontros de Estudos sobre Pastoral Indigenista.

Apesar desse candor missionário a serviço da "revelação", entre seus "assuntos internos" está, como visto, impedir que a exportação de estanho pelo Brasil coloque em dificuldades a Malásia — não apenas ela, mas todos os países produtores do Sudeste Asiático, integrantes do **International Tin Council** (Malásia, Tailândia, Indonésia e Austrália — além de Nigéria e Zaire), ou aquelas outras nações que se reúnem na **Association of Tin Producing Countries**.

O argumento que Brand usou na discussão com Nogueira foi o da "política suicida" do Brasil; no documento assinado pela Associação Brasileira de Antropologia, pela Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANI), pela Comissão pela Criação do Parque Yanomani, pela Associação Nacional de Apoio ao Índio (BA), pelo Cimi, pela Comissão Pro-Índio (SP) e pela União das Nações Indígenas (Nordeste), em 1984, protestando contra a pretendida regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, dizia-se algo no estilo: "O governo procede como se houvesse uma necessidade inelutável e premente de realizar esta exploração de minérios em área indígena para salvar a economia nacional".

"Na verdade isto aumentaria a depreciação já absurda dos recursos minerais brasileiros que são explorados deficitariamente (grifos da Red.) em alguns casos, e quase sempre levados a mercado em condições antieconômicas — o que dá como resultado um empobrecimento real, pela liquidação de recursos não renováveis."

"Em face disso, manter reservas

minerais intactas é o que seria o mais racional. O aniquilamento de tais reservas, agora, como resposta a pressões para pagamento de juros da dívida externa (se fosse o caso) significaria grave dano às sociedades indígenas do Brasil, mas, inclusive, a toda a sociedade brasileira — que, aliás, também não foi consultada a este respeito."

É importante ter presente como o tema a **sociedade brasileira que não foi consultada a respeito** aparece em todos os documentos, quer se refiram à cassiterita, quer à Calha Norte, quer, pasme-se, ao projeto Grande Carajás. O consentimento da "sociedade brasileira" é reclamado por quantos objetivamente seguem as diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, mas esse comitê central coordenador pode atribuir-se, por delegação não se sabe de quem, o direito de fazer da Amazônia brasileira, venezuelana e colombiana um "patrimônio da Humanidade" — dizer que "a posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes ao simpósio, como também por decisão filosófica dos mais de mil membros que compõem os diversos conselhos de defesa do índio e do meio ambiente".

A política "suicida"

Na verdade, a política brasileira de mineração da cassiterita nada tem de suicida. A entrada do estanho brasileiro no mercado internacional — seguindo-se a uma longa série de erros cometidos pelo cartel do estanho, liderado sobretudo pelos países do Sudeste da Ásia — tornou inviável a preços de mercado a exploração da cassiterita nessas regiões, produzindo, como disse o irmão Egon, um desemprego de cem mil pessoas na Malásia.

Em virtude do alto teor do minério brasileiro, ele pode ser colocado no mercado internacional sem que se pratique política de dumping e sem que se consumam de maneira suicida as reservas a cinco mil dólares a tonelada: o minério do Sudeste Asiático, pelo baixo teor e pelo esgotamento das minas, só será rentável se for vendido na Bolsa de Londres a 8.500 dólares a tonelada.

Os interesses em jogo

É preciso que se saiba que um dos interesses do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (e de quantas organizações obedecem à sua orientação) não é apenas a preservação da cultura indígena — que os missionários se incumbiram de transformar —, mas simplesmente impedir que o Brasil seja competidor do Sudeste Asiático no campo dos minérios. Os valores que estão em jogo são vultosos, para não dizer fabulosos.

A rigor, o Brasil entrou firme no mercado internacional do estanho em 1983. Quando o minério brasileiro começou a ser vendido, a cotação da tonelada estava por volta de 12 a 14 mil dólares. Esse preço — tenha-se presente — era mantido artificialmente alto pela ação do cartel, que na Bolsa de Londres comprava e vendia "físico" ou "a termo", numa especulação que, em 1985, deixou o ITC com uma **exposure** de um bilhão de dólares. De 1983 a 1985, quando se deu a grande crise ainda não resolvida do estanho, os preços começaram a experimentar baixas, não só por-

que a entrada do Brasil aumentara a oferta, como porque, ante a política de preços altos, se tornou possível encontrar substitutos para o estanho, além de o contrabando via Cingapura haver ajudado a abalar o cartel. Hoje, o preço oscila entre 5 mil e 6.800 dólares a tonelada — e o Sudeste Asiático só tem condições econômicas de produzir a 8.500 dólares a tonelada.

Façamos alguns cálculos. A produção do Sudeste Asiático, que andava por volta de 150 mil toneladas/ano, caiu, hoje, para cerca de 90 mil toneladas. Dezenas de minas foram fechadas em diversos países e o desemprego se tornou crônico — e o Cimi se admite haver cem mil desempregados apenas nas minas de estanho da Malásia.

Produzindo 150 mil toneladas/ano, administradas pelo cartel a 12 mil dólares a tonelada, a receita bruta dos produtores asiáticos seria da ordem de 1,8 bilhão de dólares/ano. Produzindo, hoje, 90 mil toneladas, a sete mil dólares, a receita bruta deles será de 630 milhões de dólares. O preço de sete mil dólares/é para efeito de cálculo, pois a variação estabelece a média anual (para baixo) de cerca de 6.800 dólares. Ora, a diferença (entre 1,8 bilhão de dólares e 630 milhões de dólares) é de 1,170 bilhão de dólares por ano, sem contar os custos sociais e políticos do desemprego em massa.

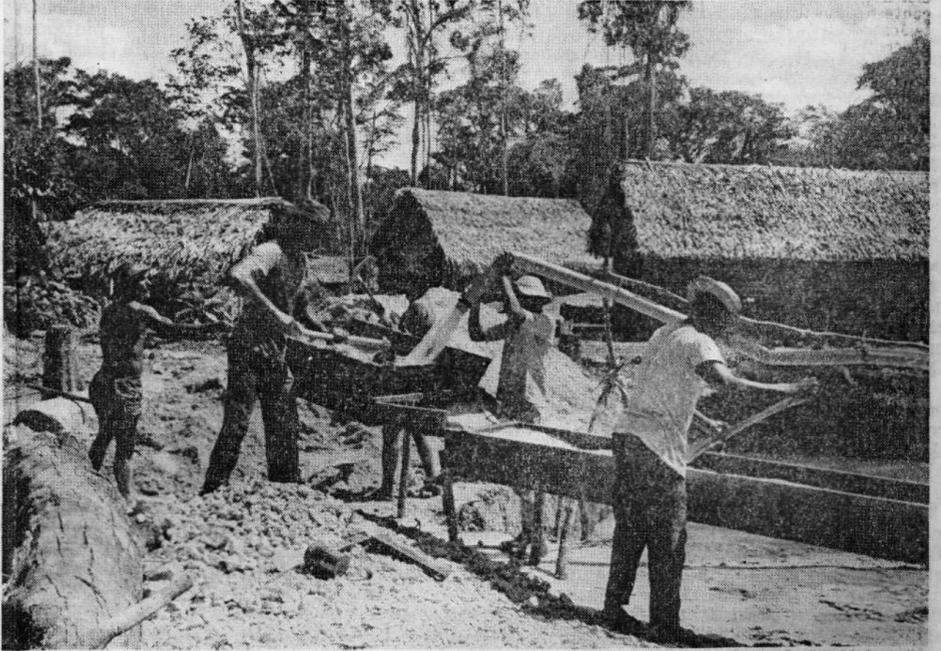
O objetivo final da luta — de que o Cimi é parte e o Cedi dá informações para todo o mundo — é fazer que o Brasil, segundo produtor mundial de estanho (26.500 toneladas/ano), ou seja retirado do mercado ou se filie ao cartel. Em qualquer das hipóteses, os preços do estanho subiriam no mercado internacional, e os países do Sudeste Asiático seriam beneficiados, à custa do Brasil.

Esses são os "assuntos internos" do Cimi que Brand não queria discutir com Nogueira, mas acabaram vindo à luz por insistência do irmão Egon.

No que tange ao problema da mineração de cassiterita, é importante ter presente o que a **Association of Tin Producing Countries**, com sede em Kuala Lumpur (cidade mencionada na reunião referida), afirmava em seu boletim interno relativo à Sexta Reunião do Comitê Executivo — **Tim Market Review** — EX/85/70, 15 janeiro, 1985, pág. 5: **Recomendações:** (ii) **A situação da oferta brasileira deve ser monitorada de perto, e o máximo de pressão política deve ser feito sobre o governo brasileiro para manter as exportações de estanho em 1985 no mesmo nível de 1984.**

Já em 1984, o documento da mesma Associação, datado de 1 de setembro, fazendo referência aos resultados da Segunda Sessão da Conferência de Ministros, quinta sessão do Comitê Executivo, dizia: **A fim de eliminar o enorme excesso que pesa sobre o mercado, a oferta crescente de novos produtos, principalmente do Brasil, deve ser restringida. Os países-membros devem considerar esse assunto altamente prioritário e, conseqüentemente, protestar energeticamente junto ao governo brasileiro.**

Ainda há semanas, alto funcionário do governo da Malásia veio ao Brasil, a fim de, mais uma vez, tentar convencer o governo brasileiro a aderir ao Conselho Internacional do Estanho.



O Cimi quer manter a lavra primitiva da cassiterita no Brasil. Para o bem da Malásia

E até controlar a aplicação dos recursos do Bird na Amazônia

O Cimi, pela palavra de Brand, é quem tem a incumbência de comunicar-se com o Banco Mundial para denunciar o que chama de desvio criminoso de verbas pelo governo do Brasil. Na reunião a que nos referimos na matéria publicada ontem, ele é claro:

Irmão Brand — Nós hoje desenvolvemos — aliás, nós não, o Conselho Mundial de Igrejas — um tipo de comunicação direta e específica com os órgãos mais influentes do mundo. Estamos fazendo ver ao Banco Mundial de Desenvolvimento que o Brasil não emprega as verbas destinadas a certas obras em tais obras, que este desvio é criminoso. Hoje temos aliados como as associações de seringueiros, que atuam diretamente junto desses órgãos e com tal poder, que muito tem sido brechado ou pelo menos retardado para pedido de informações.

Dr. Nogueira — Quem sai prejudicado nisso tudo? É o Brasil. Ou vocês pensam que são as empresas de mineração? Ou vocês querem debitar à Paranapanema e estão com zelo?

Irmão Egon — A Paranapanema é uma grande empresa. Talvez seja uma das poucas do mundo que teve a coragem ou a esperteza de construir uma hidrelétrica em plena selva e para uso próprio. O Lacombe é mais perigoso do que todo o restante dos mineradores. Ele é muito inteligente e idôneo, tanto economicamente como empresarialmente. Tem uma frase lapidária, ou tumular, que espalhamos por toda parte, inclusive em nosso jornal. A frase é: **A conquista do espaço pela lei.** Esse espaço é conquistado ao índio; logo, significa sua destruição. Acho que não há muito mérito na conquista desse tipo de espaço, mas, como ela é feita pela lei, acaba sendo legitimada aos olhos da sociedade não-índia, mas não aos olhos da sociedade índia e da sociedade que a protege.

Nesta altura o padre Celso se retira, porque tem de receber o "emissário do Itamaraty". Ele desejaria que na reunião se discutisse o que ele trataria com o enviado do Ministério das Relações Exteriores. Brand retruca: "Não é a primeira vez, padre Celso, nem será a última. O Itamaraty é serventia do Exército".

E, mais adiante, depois de Nogueira acentuar que fronteira é assunto sério, pois há guerrilheiros, contrabando e droga, Brand abre o tema da infiltração, sempre ligado aos dos minérios.

A INFILTRAÇÃO

O debate estava centrado na visita de um emissário do Itamaraty à CNBB. Brand, toma a palavra:

— Conheço o teor da interpelação e não do pedido de informações, como quer dom Luciano. É interpelação mesmo, e eu, pessoalmente, não aceito. Por mim, deixava sem resposta. Temos realmente alguns colaboradores não-religiosos, mas 99,99% dos brasileiros são não-religiosos: logo nada tem demais nós contratarmos profissionais em áreas em que não somos versados. Se diz que na área tal do índio uru-eu ocorre determinado minério, nós queremos ter gente para ratificar ou desmentir tal ocorrência. Diga o senhor, com sinceridade, que acha de nossa posição, ou, aliás, pelo menos da minha posição, pois sabemos que teremos abortimentos com a CNBB a respeito do assunto. Dom Ivo é mais compreensivo e mais radical, dom Luciano é liberal, e isso é muito perigoso para nossos ideais; embora dom Ivo também tenha sido assim no início, hoje ele e dom Erwin são os dois religiosos mais capacitados para assumir essa luta. E, mais adiante — respondendo a uma colocação de Nogueira que julgava haver coincidência de posições entre ambos —, Brand afirma:

— A realidade é bem outra, e o senhor está bastante fora dela. O senhor não faz idéia do que anda por trás de tudo isso. O Itamaraty não recebeu informação ou reclamação de nenhum país — é tudo conversa fiada e medo infundado dos militares.

O irmão Egon, a certa altura, afirma que a proposta dos geólogos brasileiros (de manter a "indisponibilidade das reservas minerais das terras dos índios por 30 anos) é muito sábia". Afirma também Bayes:

— Não acho que os peritos brasileiros tenham tanto conhecimento assim das reservas minerais do lado de cá da fronteira. É verdade que a Venezuela e a Colômbia estão na marca zero, mas o Brasil também não anda tão na frente assim. As reservas minerais da Venezuela, por toda a calha do Orinoco até o planalto venezuelano, são só minerais e todos eles praticamente estratégicos do ponto de vista usado agora pelos brasileiros. Se tivesse de dividir toda a província mineral da Alta Amazônia eu daria apenas 1/3 ao Brasil, embora alguns colegas meus achem que o Brasil não possui 20% das reservas da Alta Amazônia.

Diante da incredulidade de Nogueira, que deseja saber o porquê de tanto interesse por minerais, Bayes responde:

— Na Inglaterra, qualquer menino se interessa por tudo o que diz respeito aos componentes do subsolo. Nós fazemos questão de saber, também. Não nos aprofundamos, não partimos para pesquisas, mas enviamos aos nossos superiores, e é para isso que existe o Cedi, toda a sorte de informação, sempre uma informação, às vezes insignificante para nós, é preciosa para nossos superiores.

Júlio Gaiger se assusta:

— "Acho, pessoalmente, que não deveríamos entrar em questões que até hoje são consideradas fechadas."

No dia seguinte, 17, aparece nova personagem não relacionada no início: o dr. Eduardo. É dele a seguinte afirmação sobre a Calha Norte:

— A pretensa sensibilidade do Exército, de disciplina tão apreendida, nada disso existe quando o assunto é fronteira, é Calha Norte, que estar (sic) despertando no militar uma ganância muito grande, todos querem ficar ricos.

O irmão Brand, já perto do fim, volta à carga contra dom Luciano: "Não fosse o interesse e a bravura de dom Ivo Lorscheiter, e a cassiterita cairia, agora, pois dom Luciano, ao assumir a presidência, vem dando à CNBB mais atenção social urbana e política. Isso não é segredo, porque já manifestamos nossa preocupação. E a reunião se encerra, sem mais coisas de importância."

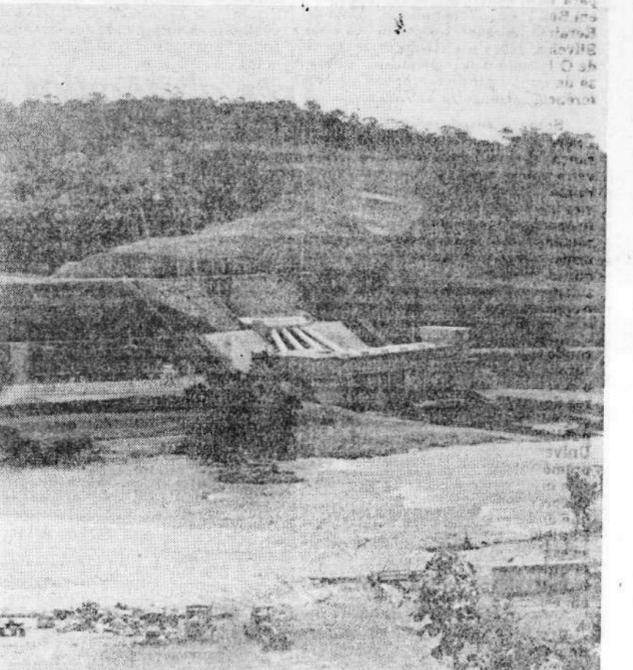
O CONTROLE DA CONSTITUINTE

Durante a reunião, Júlio Gaiger, o lobista, revela que tem 438 assinaturas de simpatizantes da causa índia. "Agora, nossa vitória é total." E acrescenta: "Ainda teremos a emenda dirigida por dom Ivo, ou, aliás, as sete emendas que são da CNBB, sendo quatro delas da própria CNBB". (N. da R. — As que relacionamos domingo último, que nada têm que ver com a questão indígena, e as outras três, das entidades ligadas, como é o caso do Cimi.)

Dr. Nogueira — Então por que mais essa emenda, se vocês se consideram vitoriosos até agora?

Dr. Júlio — É que estamos usando uma tática toda como um inflável. A emenda da fase final é excludente. Enquanto os outros vão preocupar-se com nossa emenda, as conquistas obtidas serão consolidadas. Nosso principal homem na Constituinte é, praticamente, um garoto, mas, na nossa opinião, é o mais efetivo dos constituintes, sem desprezar os outros. Alenci Guerra lutou muito em defesa dos índios contra nosso pior inimigo, o deputado Nilson Gibson, da antiga Arena e do PDS (...). Enquanto todo o PFL está do nosso lado, mesmo sendo tido como de direita...

A próxima emenda, segundo Gaiger, virá alicerçada em 210 mil assinaturas.



O Cimi quer também reduzir produção de estanho na Amazônia

Continua amanhã